

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Éverton Nery Carneiro  
**(Organizadores)**



**Atena**  
Editora

Ano 2020

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Éverton Nery Carneiro  
**(Organizadores)**



**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 6 [Recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Éverton Nery Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.            Modo de acesso: World Wide Web.            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-050-6            DOI 10.22533/at.ed.506201805</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas.            I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Catarino, Elisângela Maura.            III. Carneiro, Éverton Nery.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, o e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 6”, contém histórias, relatos de experiências e de investigações desenvolvidas em vários contextos de formação científica. A diversidade de autores e de suas áreas de atuação colaboraram para a construção de um processo plural e múltiplo de pensar. Organizado em dois eixos temáticos, traz discussões que perpassam pelos pressupostos teórico-metodológicos, dando visibilidade a estudos e resultados de práticas, nas seguintes dimensões: (i) Educação entre as políticas e confabulações sociais – uma seção composta por 11 artigos que endossam a reflexão sobre políticas públicas e políticas educacionais, a partir dos seguintes liames – Interdisciplinaridade no meio acadêmico; Metodologias ativas na formação continuada de docentes; O cuidar e o educar na Educação Infantil; O estudante surdo/aproximações iniciais; Política educacional; Programa escola do amanhã x IDEB; Perfil políticos de estudantes de jornalismo do Centro-oeste do Brasil; Políticas Educacionais-breves reflexões; Políticas públicas-FUNDEB; PMBA x Escola-cidadania; Ensino religioso na rede pública municipal-Vila Velha ES. (ii) A proeminência da educação em contextos sociais - nessa seção a educação em diálogo com as tramas sociais se materializa nos discursos que trazem marcas e identificação da complexidade do cotidiano brasileiro; por esses discursos perpassam as seguintes ideias - Interações entre Universidade e Escola; Metodologias Participativas; Pedagogo e concursos públicos; Ser professor na/para Educação Inclusiva; Serviço social/profissionais híbridos; Atuação docente; As interações sociais para a prevenção e combate ao bullying; Potencial de fitorremediação; Saúde pública/Educação Ambiental; Residência Pedagógica; Escola sem partido.

Portanto, este é um e-book que abrange e diversifica discussões no tripé – Educação-Política-Trama Social, organizado em 24 textos que poderão colaborar para a formação de estudantes, desenvolvimento profissional de professores que dialogam e/ou têm pretensão de aprofundarem-se sobre as temáticas discutidas.

Marcelo Máximo Purificação

Filomena Teixeira

Cláudia Denís Alves da Paz

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS E AS CONFABULAÇÕES SOCIAIS

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
INTERDISCIPLINARIDADE NO MEIO ACADEMICO: UM CIRCUITO DE AÇÕES EDUCATIVAS NOS MUSEUS DA UFU	
Amanda Patricia Tagliaro Humberto Torres Gonzales	
DOI 10.22533/at.ed.5062018051	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
METODOLOGIAS ATIVAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES PARA A MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Aline Pinto Amorim Cherini Dulcileia Marchesi Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5062018052	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Karin Débora Rodrigues Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.5062018053	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
O ESTUDANTE SURDO E A RECEPÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES INICIAIS	
Edson Teixeira de Rezende Geraldo Balduino Horn Sueli Fatima Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5062018054	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
O PAR COMO MECANISMO DE POLÍTICA PÚBLICA NA LITERATURA DA POLÍTICA EDUCACIONAL	
Jacqueline Nunes Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.5062018055	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ: ORIGENS, IMPLANTAÇÃO E OS RESULTADOS NO IDEB	
Luiza Alves de Oliveira Jairo Campos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5062018056	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
PERFIL POLÍTICO DE ESTUDANTES DE JORNALISMO – UMA ANÁLISE DE TRÊS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DA REGIÃO CENTRO-OESTE	
Antonia Alves Pereira Rosana Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5062018057	



**CAPÍTULO 8 ..... 91**

POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: BREVES REFLEXÕES

[Welton Rodrigues de Souza](#)

**DOI 10.22533/at.ed.5062018058**

**CAPÍTULO 9 ..... 100**

POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLEMENTADAS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O FUNDEB

[Vanessa de Aguiar Oliveira Laja](#)

[Elisabeth dos Santos Tavares](#)

[Michel da Costa](#)

**DOI 10.22533/at.ed.5062018059**

**CAPÍTULO 10 ..... 111**

PROJETO UM CAMINHAR PARA A CIDADANIA: DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA RELAÇÃO PMBA E ESCOLA

[Luciano Araújo Lima](#)

[Aline Maria da Conceição de Jesus](#)

**DOI 10.22533/at.ed.50620180510**

**CAPÍTULO 11 ..... 113**

RELIGIÃO NA ESFERA PÚBLICA: QUESTÕES PEDAGÓGICAS, TÉCNICAS E SOCIOCULTURAIS DO ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

[Alexandre Camelo Tavares](#)

[Ivani Coelho Andrade](#)

**DOI 10.22533/at.ed.50620180511**

## **A PROEMINÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS SOCIAIS**

**CAPÍTULO 12 ..... 120**

INTERAÇÕES ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA: PROPOSTAS PARA PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INOVADORES

[Camila de Barros Rodenbusch](#)

[Fernanda Fátima Cofferi](#)

[Sheila Caroline Saviczki](#)

[Bettina Steren dos Santos](#)

[Lorena Machado do Nascimento](#)

**DOI 10.22533/at.ed.50620180512**

**CAPÍTULO 13 ..... 131**

METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS PARTICIPATIVAS: AVALIANDO À APRENDIZAGEM

[Marta Fuentes-Rojas](#)

[Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos](#)

**DOI 10.22533/at.ed.50620180513**

**CAPÍTULO 14 ..... 143**

O LUGAR DO PEDAGOGO NÃO ESCOLAR NOS EDITAIS (2010-2019) DE CONCURSOS PÚBLICOS NO DISTRITO FEDERAL

[Francisco Thiago Silva](#)

[Danilo Nogueira de Souza Pugas](#)

[Edna Mara Correa Miranda](#)

**DOI 10.22533/at.ed.50620180514**

**CAPÍTULO 15 ..... 159**

O PENSAR, O SENTIR E O AGIR DOCENTE NA TRANSFORMAÇÃO DO SER PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marcia Raika e Silva Lima

**DOI 10.22533/at.ed.50620180515**

**CAPÍTULO 16 ..... 169**

O SERVIÇO SOCIAL E A DIMENSÃO DA LINGUAGEM: “NOVOS DESAFIOS PROFISSIONAIS NO ENSINO HÍBRIDO”

Geni Emília de Souza

Elisangela Pereira de Queiros Mazuelos

Anderson Barros da Silva

Kelly Cristina Coutinho

**DOI 10.22533/at.ed.50620180516**

**CAPÍTULO 17 ..... 184**

OS DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DOCENTE NA OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA O ENSINO MÉDIO

Sandra Papadopulos

**DOI 10.22533/at.ed.50620180517**

**CAPÍTULO 18 ..... 188**

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NO INCENTIVO AS INTERAÇÕES SOCIAIS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO *BULLYING*

Oliria Maria Palitot da Costa Pessoa

Fábio Ricardo Martins Pessoa

Luana Palitot da Costa Pessoa

José Willames Pereira da Costa Filho

Maria Dilma Costa de Sousa

Lucas Costa Batista

**DOI 10.22533/at.ed.50620180518**

**CAPÍTULO 19 ..... 201**

POTENCIAL DE FITORREMEDIAÇÃO DO AZEVÉM E CORNICHÃO EM SOLOS CONTAMINADOS COM IMAZAPIR + IMAZAPIQUE

Beatriz Wardzinski Barbosa

Kellyn Klein

Mirla Andrade Weber

**DOI 10.22533/at.ed.50620180519**

**CAPÍTULO 20 ..... 209**

QUALIDADE EM SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL-CE

Leidy Dayane Paiva de Abreu

Francisco Bruno Monte Gomes

Lívia Alves de Souza

Erandir Cruz Martins

Francisca Emanuela Paiva de Abreu

Petronio Silva de Oliveira

Maria Magnólia Batista Florêncio

José Laécio de Moraes

Francisco Evanildo Simão da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.50620180520**

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>221</b>
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES ACERCA DA ESTRUTURA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO E DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO EDUCACIONAL	
<a href="#">Marciele Gomes Rodrigues</a> <a href="#">Thalita Brenda dos Santos Vieira</a> <a href="#">Letícia de Andrade Ferreira</a> <a href="#">Raiane de Brito Sousa</a> <a href="#">Rayane Erika Galeno Oliveira</a> <a href="#">Marcos Jadiel Alves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180521</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>232</b>
TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA VERSUS “ESCOLA SEM PARTIDO”: EDUCAR PARA ÉTICA E CIDADANIA COMO ALTERNATIVA AO Esvaziamento da Esfera Pública	
<a href="#">Rafael Britto de Souza</a> <a href="#">Claudia Teixeira Gadelha</a> <a href="#">Isabella Nunes de Albuquerque</a> <a href="#">Vicente Thiago Freire Brazil</a> <a href="#">Alison Peterson Alves de Matos</a> <a href="#">Francisco Edineudo Sousa Ferreira</a> <a href="#">Rodrigo Raimar Andrade Leite</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180522</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>241</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A AUTODECLARAÇÃO DA SEXUALIDADE A PARTIR DA VISÃO DE FUTUROS PROFESSORES	
<a href="#">Joseanne Aparecida Maramaldo Levi</a> <a href="#">José Gregório Viegas Brás</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180523</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>250</b>
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS	
<a href="#">Marcelo Máximo Purificação</a> <a href="#">Nélia Maria Pontes Amado</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50620180524</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>259</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>260</b>

## O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ: ORIGENS, IMPLANTAÇÃO E OS RESULTADOS NO IDEB

*Data de aceite: 11/05/2020*

*Data de submissão: 23/04/2020*

**Luiza Alves de Oliveira**

UFRRJ, Instituto de Educação

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/8903633990618166>

**Jairo Campos dos Santos**

PCRJ, Secretaria Municipal de Fazenda

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/6081836037741039>

**RESUMO:** O estudo analisa uma política de governo para a área de educação pública na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente o Programa Escolas do Amanhã, que foi criado em 2009 e teve como um dos objetivos melhorar a aprendizagem em 155 escolas do ensino fundamental localizadas nas áreas mais vulneráveis da cidade. Observamos que o modelo de gestão gerencial implementado na educação pública da cidade e, especialmente no Programa estudado, permite concluir que, como política para melhoria de aprendizagem, mesmo contendo várias formas de ação, inclusive aspectos de educação integral, não pode ser avaliada como uma política de sucesso, pois

as escolas não obtiveram melhoria significativa no IDEB, apesar do grande investimento de recursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escolas do Amanhã, IDEB, Gerencialismo, Educação.

### TOMORROW 'S SCHOOLS PROGRAM: ORIGINS, IMPLEMENTATION AND RESULTS IDEB

**ABSTRACT:** The study analyzes a government policy for public education area in the city of Rio de Janeiro, more specifically the Tomorrow 's Schools Program, which was established in 2009 and was one of the goals to improve learning in 155 elementary schools located in most vulnerable areas of the city. We observed that the managerial management model implemented in public education in the city and, especially in the study program, shows that a policy to improve learning, whether or not containing various forms of action, including aspects of integral education, could not be assessed as a successful policy because schools did not achieve significant improvement in IDEB, despite the large investment of resources.

**KEYWORDS:** Tomorrow 's Schools, IDEB, IDERio, Managerialism, Education.

## 1 | INTRODUÇÃO

Novos governos, em geral, introduzem suas próprias e novas políticas em vários setores. Tais políticas são predominantemente significativas nas áreas de saúde, educação e segurança. Aqui trataremos de uma dessas políticas, mais precisamente ligada ao sistema educacional público da cidade do Rio de Janeiro.

No ano de 2009, assume como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o senhor Eduardo Paes e, para sua gestão, inicialmente de quatro anos, é desenvolvido um planejamento denominado Plano Estratégico da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2009-2012, que definiu diretrizes e metas, após um diagnóstico que identificou os principais desafios para o Governo.

Um desses desafios seria a área educacional pública, que por diversos motivos, vinha cambaleante e desacreditada e seria alvo de uma intervenção dura e, ao mesmo tempo estimulante, segundo proposta do novo governo. Assim, essa política educacional trouxe um conjunto de determinações legais e regulamentares que mudaram e romperam com a política exercida anteriormente e, da mesma maneira, programas específicos para resolução de problemas considerados graves.

A política do governo anterior, rotulada como a política de aprovação automática, quando avaliada sobre os resultados junto aos testes padronizados, tipicamente a Prova Brasil e seu indicador Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), demonstrava sinais de fraqueza e sinalizava a possibilidade de a educação pública da cidade do Rio de Janeiro estar muito mal e caminhando para o pior, segundo o governo recém-eleito.

Assim, para retirar a educação municipal desse quadro, no Plano Estratégico, encontramos metas que deveriam ser executadas através de diversos programas. Um desses programas é o Programa Escola do Amanhã que buscava, entre seus objetivos, promover um melhor rendimento escolar (desempenho dos alunos) nos testes padronizados.

É oportuno registrar logo no início que, ao mencionamos que a gestão seria inicialmente de quatro anos, o prefeito foi reeleito para o período de 2013-2016, continuando dessa forma sua política educacional traçada no seu primeiro mandato, especificamente com relação ao Programa Escolas do Amanhã, objeto do presente estudo.

Para evidenciar se realmente o Programa Escolas do Amanhã contribuiu para o reerguimento da educação pública da cidade do Rio de Janeiro, conforme o proposto pelo novo governo, este trabalho tem como objetivos descrever e analisar os resultados no IDEB das escolas que foram incluídas no referido Programa, observando a evolução ou não das mesmas e, também, o volume de recursos orçamentários diretamente executados no Programa em comparação

com o montante total disponível para a execução da SME (Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro).

Os limites desse estudo estão na totalidade das unidades municipais de educação pública incluídas no Programa Escola do Amanhã e na análise dos seus resultados junto ao IDEB, tendo como base as informações até o ano de 2014, pois tal fato se configura como o retrato mais fiel possível dentro dos objetivos propostos neste trabalho.

Com relação aos recursos orçamentários públicos executados no Programa analisado, os limites estão dentro das informações disponibilizadas através do Portal RioTransparente ([www.riotransparente.rj.gov.br](http://www.riotransparente.rj.gov.br)), que é a melhor forma de acesso a essas informações.

Para dinamizar este trabalho, inicialmente serão apresentadas informações sobre o novo modelo de gestão da educação pública da cidade do Rio de Janeiro. A seguir, serão descritos os objetivos, as características e normas sobre o Programa Escola do Amanhã. Em sequência, serão apresentados os resultados no IDEB das unidades escolares inseridas no Programa, com uma análise geral, e posteriormente o trabalho trará uma visão geral do volume de recursos orçamentários executados, juntamente com a análise. Por fim, as considerações sobre o assunto estudado.

## **2 | O NOVO MODELO DE GESTÃO EDUCACIONAL PÚBLICA E AS INFLUÊNCIAS DO GERENCIALISMO**

A configuração do novo sistema educacional público da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a introdução de metas e objetivos, de diversas formas de controle do desempenho, de premiações e penalidades, tudo associado ao nome da nova secretária de educação da cidade, Claudia Costin (que ocupou o cargo de Secretária Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro, no período de janeiro de 2009 até abril de 2014), revelava a possibilidade de que uma gestão de cunho gerencialista estivesse sendo implementada na SME.

A então secretária Claudia Costin, formada em Administração de Empresas, esteve ligada ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, juntamente com seu ministro Bresser Pereira, promoveram a reforma administrativa do Estado brasileiro na década de 1990.

Na ocasião da reforma do Estado e da implementação de ideias gerencialistas no serviço público brasileiro, Bresser Pereira afirmava que a educação não deveria ser monopolizada pelo poder estatal, ou seja, seria um campo para disputas privadas com certo controle social, ou ainda, de acordo com o mesmo autor (1997, p. 113):

[...] existe, dentro do Estado, uma série de atividades na área social e científica que não lhe são exclusivas, que não envolvem poder de Estado. Estão incluídas

nessa categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, as entidades de assistência a carentes, menores e a velhos, museus, orquestras, etc.

[...] essas são atividades competitivas que podem ser controladas não apenas pela administração pública gerencial, mas também, principalmente, pelo controle social e pela constituição de quase-mercados.

Dessa maneira, a efetivação do Gerencialismo no setor público brasileiro ocorreu com a criação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) e com a instituição do Plano Diretor da Reforma do Estado, conduzido pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

Nesse contexto, a administração pública gerencial, também conhecida como nova administração pública, emergiu como o modelo ideal para o gerenciamento do Estado reformado, considerado adequado ao diagnóstico da crise burocrática do Estado e realizado pela aliança social-liberal através do seu alinhamento com as recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos.

A redemocratização do país de 1988, o desastroso governo de Fernando Collor de Melo, seu *impeachment* e a estabilização econômica com o Plano Real em 1994, segundo Abrucio e Franzese (2007), geraram impactos para o processo de uma reforma administrativa do Estado Brasileiro e um amplo dimensionamento daquela proposta dentro do sistema federalista existente.

Apesar de todo um conjunto de ações e mecanismos técnicos para introduzir uma cultura gerencialista na administração pública brasileira, o que permaneceu foram os reflexos do impacto que o modelo idealizado e implementado, a partir de 1995, teve sobre políticas públicas em alguns setores específicos.

O Gerencialismo, por ter suas origens no desenvolvimento de atividades privadas, possui características específicas desse setor e, através de diversos mecanismos, articula maneiras e procedimentos para o investimento do “capital”.

Dessa forma, se o Gerencialismo se estrutura com mecanismos típicos do setor privado, cujo maior atributo está na disputa por mercados e nas formas capitalistas de uso da mão de obra, além de outros fatores oriundos do Patrimonialismo e do Liberalismo, pode-se observar que a aplicação de suas técnicas no setor público, especificamente no sistema educacional, pode gerar o que Afonso (2010) denomina de quase mercado (ou semi-mercado) que utiliza uma série de mecanismos e dispositivos que favorecem o desenvolvimento de lógicas e valores de mercado, mas que não são rigorosamente mercado.

Ora, não estamos diante de um mercado educacional, pois os recursos investidos na educação pública são compulsórios, entretanto, com uma fonte constitucionalmente inesgotável, esse setor se tornou um alvo cobiçado, e ainda pouco explorado para que os grandes conglomerados econômicos vislumbrassem

uma potencial forma de aumentarem seus capitais sem a disputa genuinamente capitalista que existe em outros tipos de mercado.

Trabalhando-se com a nobre política de educar os cidadãos, difundem-se técnicas, lógicas e valores do Gerencialismo que apresentariam os melhores resultados educacionais com os menores investimentos possíveis, aplicando-se as formas da gestão privada ao setor educacional público.

Nesse processo, algumas características do setor público, muito específicas, foram desconsideradas, ou melhor, menosprezadas por aqueles que acreditaram que o Gerencialismo iria realmente mudar a forma de administrar o setor público.

Como menciona Araujo (2009), o setor público tem particularidades e especificidades que o setor privado desconhece completamente. São dois mundos diferentes e, porque não dizer, antagônicos entre si. Seus objetivos e metas convergem em sentidos opostos.

Entretanto e mesmo assim, em 2009, o novo Prefeito eleito, alegando a situação do esgotamento do modelo da política educacional do governo anterior, faz a introdução de novos caminhos e metas educacionais definidas no Planejamento Estratégico da Prefeitura, que surgem como um movimento que “parecia” ter repensado a educação pública, buscando uma reorganização de processos, controles e ideias, mas o que ocorreu, na verdade, foi a retomada do modelo gerencial de gestão de administração pública introduzido inicialmente nos anos de 1990, que, agora com uma nova roupagem, passou a estabelecer a condução administrativa da educação pública da cidade do Rio de Janeiro.

Quando afirmamos que a gestão da educação pública, através do gerencialismo, possui uma nova roupagem, pautamo-nos no fato de que no Brasil não houve a implementação de um gerencialismo puro ou como menciona Santos (2014, p.168):

No Brasil, o modelo Gerencial encontrou uma gestão burocrática contaminada pelo Patrimonialismo, que nunca deixou de existir no país, dando origem ao que foi denominado de Patrimonialismo burocrático e essa mistura Patrimonialismo-Burocracia-Gerencialismo não nos permitiu reconhecer, apoiados na literatura existente, a evolução de um modelo estritamente gerencial (ou gerencial puro) nos processos de gestão da administração pública brasileira. Tal diagnóstico do modelo é perceptível, não só pelas três dimensões que assumiu (institucional, cultural e gestão), mas, também, pela inexistência de um Estado de Bem-Estar Social anteriormente consolidado e, principalmente, pela inadequação da coisa pública ao modelo de gestão gerencial.

Assim, o modelo de gestão educacional introduzido agrega um misto de gestão gerencial, à medida que traça metas educacionais e as formaliza através de um Acordo de Resultados, e uma prática pedagógica que procura incessantemente melhores resultados dos alunos nos testes padronizados.

Quanto ao Acordo de Resultados que, segundo a própria Prefeitura, passou



a representar uma ferramenta de gestão usada na administração pública para garantir um maior comprometimento de toda a máquina pública municipal com os resultados da Prefeitura. Além disso, esse acordo institucionalizou uma nova cultura que privilegiou o planejamento com metas claras; motivou a participação dos servidores com um modelo de meritocracia, que avaliou e premiou aqueles que atingiram bons resultados, e antecipou problemas e apontou soluções através do acompanhamento formal dos resultados obtidos. Observamos, ainda, que ele foi formalizado através de um documento assinado, tanto entre as direções das unidades escolares e o órgão central da SME, quanto entre este e a Casa Civil da Prefeitura (CVL), já a partir de 2009.

Tudo isso gerou um Modelo de Gestão de Desempenho com a finalidade de que todos trabalhassem em busca do alcance das metas de aumento no desempenho escolar estabelecidas pelo IDEB e pelo Índice de Desenvolvimento da Educação do Município do Rio de Janeiro (IDERio). Esclarecemos, ainda, que o IDERio tem o objetivo de estabelecer critérios de aferição da qualidade da educação oferecida à população da cidade do Rio de Janeiro e é composto por duas variáveis: desempenho dos alunos na PROVA RIO (para avaliação de quanto esses alunos aprenderam) e fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam). Este índice é calculado numa escala de zero a dez.

Já a prática pedagógica, perfeitamente alinhada ao modelo de gestão gerencial, foi estabelecida através de uma política meritocrática, introduzida através do Decreto nº 30.860, de 01 de julho de 2009, que instituiu o Prêmio Anual de Desempenho, concedido aos servidores lotados nas Unidades Escolares da Rede Pública do Sistema Municipal de Ensino, e dispunha sobre os critérios para essa premiação.

Na verdade, o prêmio dependia do alcance, pelas unidades escolares, das metas estipuladas para cada ano, tendo como parâmetro os resultados obtidos no IDEB e IDERio.

No Art. 3º do Decreto mencionado acima, há a seguinte previsão:

Art. 3º - O Prêmio, a que se reporta este Decreto, tem por objetivo recompensar os servidores que conjuguem esforços, com vistas à melhoria na qualidade do ensino aprendizagem de seus alunos. (Disponível em <http://smaonline.rio.rj.gov.br/conlegis/>. Acesso em 20 nov 2016.)

Ainda, no próprio documento, é importante observar que aqueles “servidores” lotados nas unidades, que faziam parte Programa Escolas do Amanhã, face ao alcance pleno das metas, fariam jus ao valor do prêmio acrescido de 50%.

Com isso, fica evidente que o novo modelo de gestão da educação pública na cidade do Rio de Janeiro possuía elementos do gerencialismo e, especificamente no Programa Escolas do Amanhã, a política de premiação (bônus) passou a ser a

mola propulsora para o alcance de resultados, configurando um claro exemplo da meritocracia gerencialista.

### 3 | O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ

Desenvolvido através de propostas contidas no Plano Estratégico da Prefeitura para a educação pública da cidade do Rio de Janeiro, o Programa Escola do Amanhã, segundo informações do portal RioEduca ([www.rioeduca.net](http://www.rioeduca.net)), foi criado em 2009 pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e tinha como objetivo reduzir a evasão escolar e melhorar a aprendizagem em 155 escolas do ensino fundamental localizadas nas áreas mais vulneráveis da cidade. Integravam as estratégias do Programa cuidar do ambiente físico, acadêmico e social da escola e trabalhar para o desenvolvimento e promoção de uma cultura baseada em valores.

O Programa desenvolveu um conjunto de ações na área de Educação, interligando áreas de Saúde, Assistência Social, Esporte, Arte e Cultura, além de contar com atividades de reforço escolar, oficinas pedagógicas e culturais no contraturno, metodologias inovadoras de ensino, salas de leitura e informática.

Ainda segundo informações do Portal mencionado anteriormente, desde o lançamento do Programa, as Escolas do Amanhã vinham melhorando seu desempenho de forma expressiva e, entre 2009 e 2014, a evasão escolar apresentou redução de 15,4%, saindo de 5,04% para 4,26%.

Formalmente, o Programa Escolas do Amanhã teve sua autorização para funcionamento através do Decreto nº 31.022, de 24 de agosto de 2009, do Prefeito, e foi implementado e regulado através da Resolução nº 1038, 24 de agosto de 2009, expedida pela SME, estando fundamentado, segundo a própria Resolução, nos seguintes aspectos:

- estudos realizados a partir dos dados demográficos e da realidade social da cidade do Rio de Janeiro;
- existência de unidades escolares localizadas em áreas conflagradas da cidade, cuja violência é presença cotidiana na vida de crianças e adolescentes;
- a taxa de evasão escolar dos alunos matriculados nessas unidades é muito superior aos índices registrados nas demais regiões da cidade do Rio de Janeiro; e
- a educação é direito de toda criança e adolescente, devendo se constituir em fator determinante de mudanças sociais. (Disponível em <http://smaonline.rio.rj.gov.br/conlegis/>. Acesso em 20 nov 2016.)

O princípio desse Programa era agir através de uma educação em tempo integral, adotando uma metodologia dinâmica de ensino, focada para a superação

de bloqueios cognitivos gerados pela violência cotidiana existente nas regiões onde tais escolas estavam localizadas.

Um diferente aparato tecnológico, estrutural e de pessoal passaria a ser utilizado, inclusive desenvolvendo trabalhos em parceria com outros órgãos públicos municipais e com setores da comunidade e, também, com as Organizações Sociais sem fins lucrativos.

Faziam parte desse Programa alguns outros projetos e ações e até mesmo outros programas, que constituíam os pilares básicos do Programa Escolas do Amanhã: Educação Integral; Bairro Educador; Capacitação de profissionais; Saúde nas escolas; Cientistas do Amanhã; Estagiários e Voluntários.

Em um documento denominado *Cartilha do Escolas do Amanhã*, também disponível no Portal RioEduca, identificamos os objetivos do Programa: aprender o conteúdo das disciplinas escolares; desenvolver habilidades intelectuais, físicas e artísticas; e contribuir para a melhoria do seu entorno.

Ainda segundo a Cartilha, para o alcance de tais objetivos, o funcionamento das Escolas do Amanhã tinha sua forma de ação através dos seguintes pontos: educação em tempo integral; oficinas de artes, esportes e reforço escolas; incentivo à participação em torneios esportivos, eventos culturais e educacionais; e cineclube, informática com internet em banda larga e salas de leitura.

Em análise, algumas características devem ser observadas e registradas a respeito do Programa Escolas do Amanhã, pois, conforme menciona Melo (2014, p. 81),

[...] os desafios maiores das Unidades Escolares inseridas no Programa Escolas do Amanhã são: falta de continuidade de um projeto político que garanta o tempo integral, violência na comunidade e seu reflexo dentro da escola, comportamento dentro da comunidade escolar, muitas vezes de agressividade ou de desinteresse, *escolas* desprestigiadas perante outras *escolas* e suas comunidades, necessidade de maior investimento em formação e infraestrutura, falta de professores e grande número de licenças médicas, alta taxa de evasão escolar, pouca participação de pais e responsáveis na vida escolar e no processo de aprendizagem, baixo salário e pouco reconhecimento de profissionais.

Dessa maneira, ações específicas foram utilizadas no Programa como o fomento às parcerias com entidades locais (Bairro Educador), utilização de estagiários (alunos dos cursos de licenciaturas) e voluntários (mãe voluntárias), inclusive com envolvimento direto da comunidade local (escola-família-comunidade, Programa Escola Aberta) e programas específicos para estímulo à aprendizagem com ampliação da jornada escolar (Programa Mais Educação), além de contratação de métodos e processos de apoio educacional de entidades privadas (Projeto Cientistas do Amanhã – oferecido pelo Instituto Sangari Brasil com base na utilização de experiências para o ensino de ciências); Método de ensino Uerê-Mello (Curso de capacitação para professores que contribui na criação de ambientes de

aprendizagem com o desbloqueio de barreiras cognitivas causadas pela violência).

Em uma pequena análise, observamos que, com o formato que o Programa se apresentava, é salutar compreender o posicionamento de Cavaliere (2014, p. 1212-1213), quando diz:

Essa solução organizacional do tempo integral, que na verdade não constrói uma escola de tempo integral e nem cria as condições para o desenvolvimento da chamada “educação integral”, mas apenas oferece um regime escolar diferenciado para os alunos “mais necessitados”, gera uma excessiva dispersão de objetivos, ao mesmo tempo em que não mexe com o “coração” da instituição e pode levar a um trabalho com identidade educacional inespecífica, ao sabor de idiosincrasias locais e pessoais, ainda que em alguns casos ele possa aliviar tensões e situações emergenciais relacionadas aos direitos humanos específicos da infância e da adolescência.

Ainda sobre as características especiais do Programa Escolas do Amanhã, a premiação anual instituída para retribuir o alcance das metas estipuladas para as unidades escolares, através do Acordo de Resultados (Decreto nº 32.602, de 04 de agosto de 2010 – que dispõe sobre as metas para o Acordo de Resultados das Escolas do Amanhã), para os professores e demais funcionários lotados nas Escolas do Amanhã, sempre seriam 50% maior que a fixada para os demais profissionais das outras unidades escolares do município, conforme já mencionado.

No contexto geral do Programa, havia a ideia de valorizar, reconstruir e modificar todo o cenário que afetava o conjunto das escolas por ela abrangidas, explorando principalmente a melhoria do rendimento dos alunos, com uma proposta de educação em horário integral.

Contudo, em um recente trabalho que trata das Escolas do Amanhã como diferenciação e desigualdade escolar na cidade do Rio de Janeiro, Cavaliere (2015) caracteriza, após profunda pesquisa, os seguintes elementos como relevantes e que contradizem, na prática, o que na teoria o Programa tem como proposta implementar: não organizou escolas de tempo integral, mas sim atividades para a extensão da jornada escolar para alguns alunos; superdimensionou a possibilidade de uma ação compartilhada com organizações sociais locais; fundamentou a ampliação do horário no trabalho voluntário; e fomentou a liderança político-pedagógica de institutos e fundações com origem empresarial, com ou sem finalidade lucrativa.

Com isso, observamos sensíveis fragilidades no Programa, desde sua constituição originária, na sua operacionalização e, como veremos a seguir, nos resultados nos testes padronizados como no IDEB, aqui estudado.

#### **4 | IDEB X ESCOLAS DO AMANHÃ - RESULTADOS ALCANÇADOS**

Segundo o Portal do MEC (Ministério da Educação), o IDEB, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

é um índice formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Ainda segundo o MEC, o IDEB funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o IDEB é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para os estados e o país, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 (seis) pontos até 2022 (ano do bicentenário da Independência), média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo país, mas também por escolas, municípios e Estados da federação.

Dessa maneira, para a análise proposta por este trabalho, com relação aos resultados alcançados no IDEB pelas Escolas do Amanhã, inicialmente identificamos todas as escolas da rede inseridas no Programa, logo após, cotejamos os resultados (alcance ou não das metas estabelecidas) por segmento do ensino fundamental (primeiro e segundo) e pelo ano de realização antes da existência do Programa (2005 e 2007) e após a existência e inclusão no Programa (2009, 2011 e 2013).

Resultado IDEB - Escolas do Amanhã			
Ano	Segmento	Total de Escolas avaliadas no segmento	Total de Escolas que atingiram a meta
2005	1º	121	0
	2º	37	0
2007	1º	119	74
	2º	37	28
2009	1º	118	83
	2º	39	10
2011	1º	116	83
	2º	40	29
2013	1º	113	44
	2º	41	19

Tabela 1 – Resultados no Ideb – Escolas do Amanhã

Fonte: INEP

Elaboração dos autores

Para a melhor visualização dos dados acima e, conseqüentemente criar e desenvolver uma análise mais clara e objetiva de acordo com o proposto neste trabalho, demonstramos também, através do gráfico que se segue, os resultados das Escolas do Amanhã no IDEB. A ideia é observar a evolução ou não dos resultados durante os anos avaliados.

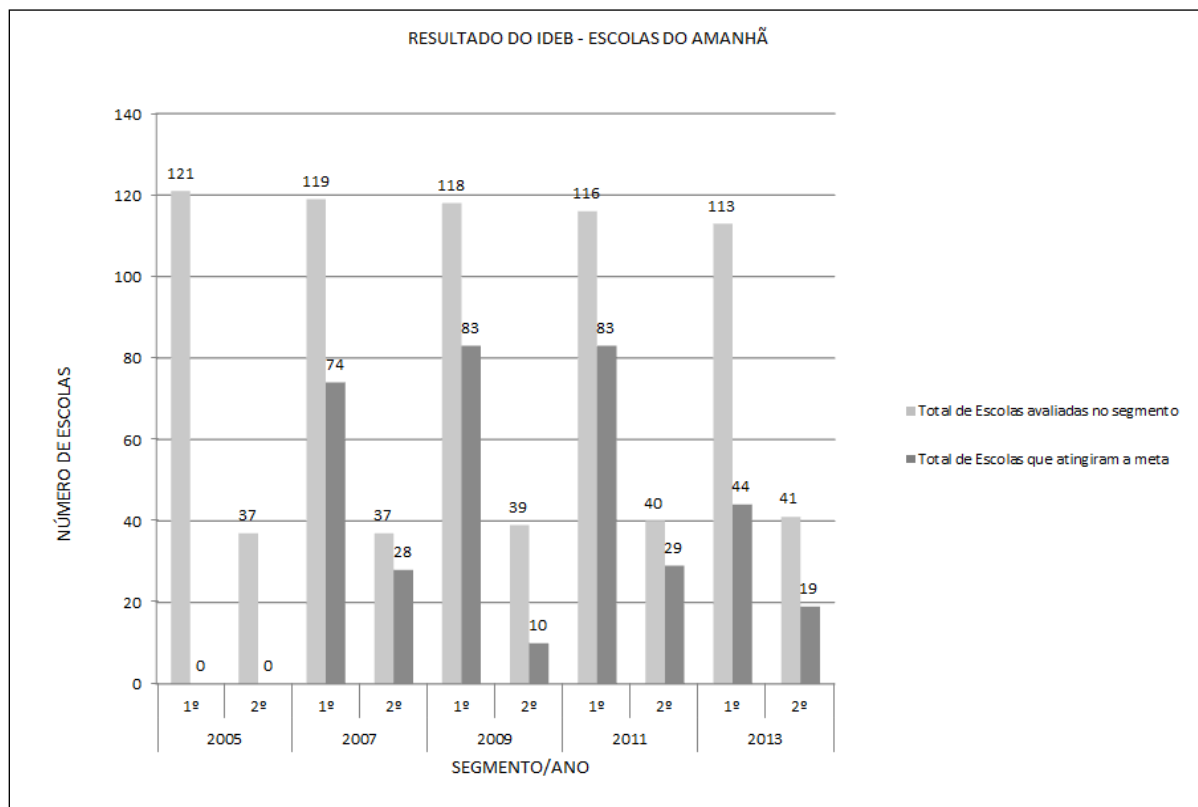


Gráfico 1 – Resultado IDEB – Escolas do Amanhã

Fonte: INEP

Elaboração dos autores

Através de análises iniciais, observamos que dentro do grupo das Escolas do Amanhã, avaliadas através do IDEB no ano de 2005, nenhuma conseguiu atingir as metas previstas em nenhum dos segmentos.

Já no ano de 2007, mesmo sem o Programa Escolas do Amanhã em execução, registramos um percentual em torno de 62% de escolas que atingiram as metas previstas para o primeiro segmento do ensino fundamental e de aproximadamente 76% de escolas do segundo segmento que atingiram as metas previstas.

Em evolução, no ano de 2009, já com o Programa Escolas do Amanhã implementado, observamos que, no primeiro segmento, o percentual de escolas, que atingiram as suas respectivas metas estabelecidas, foi em torno de 70% e, no segundo segmento, foi aproximadamente de 26%. Entretanto, aqui, devemos observar que o número de escolas avaliadas no primeiro segmento começou a

diminuir e o de escolas do segundo segmento começou a aumentar, mesmo que tudo isso de forma discreta.

No IDEB de 2011, a avaliação das escolas inseridas do Programa Escolas do Amanhã, que atingiram suas metas, gira em torno de 72% no primeiro segmento e 73% no segundo segmento.

Por último, observamos que, no ano de 2013, o percentual de escolas do primeiro segmento, que atingiram suas metas, foi de aproximadamente 39% e, em relação ao segundo segmento, está em torno de 46%.

As informações acima ficam compiladas da seguinte maneira:

Ano	Segmento	Percentual de escolas que alcançaram as metas IDEB
2005	1º	0%
	2º	0%
2007	1º	62%
	2º	76%
2009	1º	70%
	2º	26%
2011	1º	72%
	2º	73%
2013	1º	39%
	2º	46%

Tabela 2 – Percentual de Escolas do Amanhã que atingiram suas metas no IDEB

Fonte: INEP

Elaboração dos autores

Em análise, percebemos, inicialmente pelo primeiro segmento do ensino fundamental, que o desempenho das escolas, que vieram a fazer parte do Programa aqui estudado e alcançaram suas metas no IDEB, não foi tão expressivo assim, quando comparamos com o ano da política anterior (2007) e esse número de escolas apresentou um acentuado declínio no último ano avaliado (2013).

Já com relação ao segundo segmento do ensino fundamental, observamos que, de 2007 para 2013, na verdade, houve uma queda no número de escolas que alcançaram suas metas no IDEB.

Ora, os resultados alcançados não refletem uma melhora expressiva no rendimento dos alunos das escolas que fazem parte do Programa Escolas do Amanhã como a SME informou, ao contrário, esses resultados se mostram bem abaixo do esperado, principalmente, quando comparados com o ano avaliado em que o Programa ainda não tinha sido implementado.

Essa constatação permite avançarmos para o que realmente seria importante

captar com os resultados no IDEB, ou seja, o que precisa ser feito com tal indicador para realmente se criar uma política pública educacional pautada em resultados ou, como mencionam Cária e Oliveira (2015, p. 36):

Nesse sentido, os resultados obtidos por meio das avaliações sistêmicas e o IDEB podem compor a avaliação institucional das escolas, mas esta não se esgota no nível dos resultados. Ao contrário, o importante é que os resultados sejam utilizados como referenciais para novas ações e políticas para a melhoria da qualidade da educação e a garantia da democratização da escola. Portanto, a avaliação não deve ser concebida como um fim, mas como um meio, uma instância que possa conduzir à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos.

Entretanto, o que se observa não é isso, pois os resultados não são efetivamente expressivos como havia expectativa e as alterações em busca de novos rumos parecem não terem sido tomadas, possibilitando a cogitarmos que o mais importante é o nome do Programa, sua divulgação midiática e os investimentos nele executados que configuraram pactos privados na gestão de serviços públicos, como menciona Melo (2014, p.85-86):

Os parceiros que atuam nas escolas também são alvo de preocupação, porque mais uma vez a escola é responsabilizada pela gestão de pessoas que não são funcionárias públicas, possuem diferenciados vínculos e apontam diversos paradigmas de tratamento. Nesse sentido a parceria surge como um fator de redefinição intencional do poder público sobre público e o privado no campo educacional.

Os desafios são constantes, principalmente no que tange à formação continuada de professores. Muito embora haja um esforço de investimento desde de 2009 na formação dos gestores dessas escolas e dos docentes que utilizam as metodologias Uerê Mello e do Programa de Ciências, ainda há um descompasso entre as propostas de avaliação e a política pedagógica efetiva desenvolvida. O programa de Ciências (Sangari) traz em seu planejamento propostas de material didático já pré-definidas a serem utilizadas pelos professores, como: apostilas e fluxo de aula definidos.

Enfim, em análise, observamos que não houve mudanças significativas com relação ao IDEB das escolas avaliadas, demonstrando, inclusive, que nesse aspecto o programa apresenta uma fragilidade, anteriormente já identificada, ou seja, antes do Programa tal situação já era evidente.

## **5 | O PROGRAMA ESCOLAS DO AMANHÃ E O ORÇAMENTO PÚBLICO**

Com o exposto sobre o desempenho dos alunos das escolas do Programa e a necessidade de analisarmos o volume de recursos nele executados desde sua implementação, passaremos agora para a exposição de valores orçamentários tomando por base sempre as informações contidas no Portal RioTransparente ([www.riotransparente.rj.gov.br](http://www.riotransparente.rj.gov.br)).

Para este trabalho, buscamos tratar especificamente da rubrica orçamentária



que identificasse recursos executados para o Programa Escolas do Amanhã e foi encontrada uma denominada “Implantação e Manutenção de Escolas do Amanhã” que, a partir de 2010, passou a ter valores específicos alocados. Tal fato se justifica porque a Lei Orçamentária Anual (LOA) sempre é elaborada um ano antes de sua execução e, para o ano de 2009, não havia a previsão de despesas com o Programa Escolas do Amanhã, por ter sido a LOA daquele ano elaborada pelo governo anterior, cujos planos para a educação municipal eram outros, conseqüentemente, refletindo na execução orçamentária.

Contudo, essa situação não seria por si impeditiva para a implementação e execução de investimentos específicos para as escolas inseridas no Programa, como não foi, pois bastaria a execução de recursos orçamentários através de outras rubricas.

Na verdade, a existência de uma rubrica explícita na LOA, com a denominação do Programa, além de viabilizar com mais transparência os recursos públicos para todas as atividades necessárias, terminou por ser um mecanismo de propaganda da política de governo recém-implementada.

Para tanto, a apresentação dos recursos orçamentários executados no Programa Escolas do Amanhã, conforme tabela abaixo, registrou os valores pagos mais os restos a pagar também pagos, por ano de execução, em comparação percentual com os valores totais executados pela pasta da SME, desde o início do novo governo.

	<b>Programa Escolas do Amanhã</b>	<b>Total SME</b>	<b>Percentual</b>
2009	0,00	2.059.712.677,73	0%
2010	43.673.397,28	2.420.772.919,91	2%
2011	41.256.853,50	3.196.672.022,34	1%
2012	49.646.607,27	3.514.677.384,75	1%
2013	56.291.688,02	3.746.918.904,52	2%
2014	8.872.776,43	3.778.815.078,76	0,23%
2015*	8.547.337,85	2.949.589.008,48	0,29%

Tabela 3 – Valores Executados no Programa Escolas do Amanhã (com rubrica própria) Valores em Reais (R\$)

Valores atualizados até 09/09/2015

Fonte: <http://www.riotransparante.rj.gov.br>

Em análise, observamos que o total executado no Programa Escolas do Amanhã, até o ano de 2015, desde a implementação de sua rubrica específica na LOA, foi de R\$ 208.288.660,35.

Uma divisão simples de todo o montante executado pelo número de escolas inseridas no Programa não configura uma análise correta, pois sempre há mais necessidades em uma que em outra, principalmente estruturais. Entretanto, a observação de que o volume de recursos aplicados foi progredindo de 2010 até 2013 e que os resultados no IDEB, principalmente em 2013, foram relativamente baixos, o que permite registrar que, dentro dos parâmetros propostos pelo Programa, a melhoria da aprendizagem não esteve em relação direta ao crescimento dos investimentos.

Ainda é oportuno registrar que, nas escolas do Programa, outros recursos orçamentários são executados através de diversas rubricas (Manutenção da Rede, Sistema Descentralizado de Pagamento, entre outras), fato esse que evidencia ainda mais a relação indireta de resultados alcançados no IDEB e volume de recursos investidos.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propormos, neste trabalho, analisar os objetivos do Programa Escolas do Amanhã, especificamente em relação ao impacto que essa política de governo para a área educacional causou no IDEB, evidenciamos que sua constituição encontra bases no modelo gerencial de gestão, onde aspectos de intensas definições de metas e resultados a serem alcançados conduziu o processo educacional a uma intensa disputa em situações desiguais com a evidência do mérito e, também, em relações não muito claras entre o público e o privado. Dessa forma, o Programa, como política para melhoria de aprendizagem, mesmo contendo várias formas de ação, inclusive aspectos de educação integral, não pode ser avaliada como uma política de sucesso. Ademais, com a saída da secretária Claudia Costin, em 2014, o referido Programa se enfraqueceu gradualmente a ponto de quase desaparecer como política educacional da SME-RJ nos anos subsequentes.

Tipicamente com relação ao volume de recursos investidos no Programa, a maciça execução de valores orçamentários, principalmente nos anos de 2010 até 2013, também em confronto com os resultados alcançados no IDEB, demonstra uma relação indireta, pois o aumento do investimento não traduziu em um efetivo aumento de escolas do Programa que alcançaram suas metas.

Tudo isso, há época, já nos revelava previsões futuras preocupantes, pois observamos que, no ano de 2014 e no período analisado em 2015, o volume de recursos executados sofreu uma retração significativa e tais fatos geraram questionamentos, principalmente quanto à credibilidade do Programa pelos seus elaboradores, já que não se consolidou como política educacional efetiva e ainda apresentou indicadores pouco significativos.

Percebemos também que as ideias desenvolvidas no Programa foram tímidas, tipicamente aquelas ligadas à educação integral, pois a estrutura escolar da rede municipal não possuía condições e nem houve ações concretas para a essa efetivação.

Por fim, sinalizamos que este trabalho traz uma pequena contribuição que deve ser aprofundada e dinamizada para que ajustes sejam realizados ou que realmente atitudes concretas e efetivas sejam produzidas com relação à melhoria do desempenho dos alunos na educação como um todo e não somente em testes padronizados. Não há mais espaços para testagens pirotécnicas com gerações de crianças que, ano após ano, são submetidas a políticas de governos que possuem outros interesses camuflados através de uma suposta melhoria da qualidade da educação.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. FRANZESE, Cibele. **Federalismo e Políticas Públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil**. In: ARAÚJO, Maria de Fátima Infante; BEIRA, Lígia. (Orgs.). **Tópicos de Economia Paulista para Gestores Públicos**. São Paulo, Edições FUNDAP, 2007, v. 1, p. 13-31.

AFONSO, Almerindo Janela. **Protagonismos Instáveis dos Princípios de Regulação e Interfaces Público/Privado em Educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1137-1156, out./dez. 2010.

ARAÚJO, Lígia Cristina Rodrigues de. **Ascensão do Gerencialismo em uma Empresa Pública Federal**. 2009. 55 fls. Monografia de Especialização em Administração Pública – PPGA (Programa de Pós-Graduação em Administração), Universidade de Brasília (Unb), Brasília-DF, 2009.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. PDRAE**. Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/>. Acesso em 25 jun. 2015.

BRESSER PERIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CÁRIA, Neide Pena; OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales. **Avaliação em larga escala e a gestão da qualidade da educação**. Revista de Ciências Humanas – Educação, Frederico Westphalen – RS, v. 16, n.º. 26, p. 22-40, Jul. 2015. Disponível em: < <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/index>>. Acesso em 25 jun. 2015.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escola Pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, out.-dez., 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 25 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Escolas do Amanhã - diferenciação e desigualdade na rede escolar da cidade do Rio de Janeiro**. In: CAVALIERE, Ana Maria; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. (Org.). Educação pública no Rio de Janeiro - novas questões à vista. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2015, v. 1, p. 93-111.

MELO, Monica dos Santos. **A escola de Tempo integral e a formação de professores/as:**

**investigando caminhos no Programa Escolas do Amanhã.** São Gonçalo, RJ. 135p. (FFP) UERJ. 2014. (Dissertação de Mestrado) FFP - UERJ, 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Plano Estratégico da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para o quadriênio 2009-2012.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 30.860, de 01 de julho de 2009. **Dispõe sobre os critérios de premiação a ser concedida aos servidores, na forma que menciona.** Disponível em: <<http://smaonline.rio.rj.gov.br/conlegis/>>. Acesso em 20 nov 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 31.022, de 24 de agosto de 2009. **Dispõe sobre autorização para o início do funcionamento do Programa Escolas do Amanhã, instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.** Disponível em: <<http://smaonline.rio.rj.gov.br/conlegis/>>. Acesso em 20 nov 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme>>. Acesso em 05 nov 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal da Casa Civil. <<http://www.rio.rj.gov.br/web/cvl>>. Acesso em 03 nov 2016.

\_\_\_\_\_. Portal RioEduca. <<http://www.rioeduca.net>>. Acesso em 10 nov 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1038 de 24 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a implementação do Programa Escolas do Amanhã, instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.** Disponível em: <<http://smaonline.rio.rj.gov.br/conlegis/>>. Acesso em 20 nov 2016.

SANTOS, Jairo Campos dos. **O gerencialismo no novo modelo de educação pública da cidade do Rio de Janeiro (2009-2012): origens, implantação, resultados e percepções.** Tese de Doutorado em Educação. PPGE (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aprendizado 7, 13, 18, 33, 34, 37, 43, 44, 68, 133, 147, 169, 170, 171, 174, 176, 177, 181, 186, 193, 216, 218, 230, 253

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 65, 90, 148, 150, 187, 193, 194, 196, 259

Avaliação em processo 131, 134, 135

### B

Bilinguismo 32, 33, 34, 37, 39, 43

### C

Cidadania 21, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 88, 101, 102, 103, 106, 107, 110, 111, 112, 117, 129, 146, 182, 219, 232, 233, 234, 237, 239

Cuidar 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 65, 139, 219

Cultura de paz 195

### E

Editais 143, 144, 150, 151, 152, 154, 156, 157

Educação no Brasil 91, 95, 100, 103

Educar 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 45, 63, 92, 178, 200, 231, 232, 238

Ensino Religioso 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Escola 29, 30, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 53, 54, 56, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 85, 90, 92, 98, 99, 100, 104, 105, 107, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 141, 146, 148, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 177, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 253, 259

Escolas do amanhã 59, 65, 67, 71

Estágio Supervisionado 1, 2, 6, 8

Estudo de caso 38, 53, 58, 110, 131, 136, 137, 141

### F

Formação de Professores 2, 14, 20, 49, 53, 54, 55, 58, 74, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 154, 159, 161, 162, 167, 223, 230, 250, 252, 254, 255, 257, 258, 259

Formação Docente 9, 11, 13, 20, 53, 121, 122, 123, 127, 148, 162, 167, 168, 187, 257, 258

FUNDEB 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

## G

Gestão democrática 100, 191

Gestão escolar 49, 55, 113, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 199

## H

Herbicida 202, 205, 207, 208

## I

IDEB 47, 48, 50, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 73

Inovação no Ensino 120, 121

Interações sociais 188, 189, 190, 191, 192, 199

Interdisciplinaridade 1, 6, 8, 124, 127, 230

## L

Legislação 32, 34, 35, 36, 98, 103, 114, 115, 116, 118, 190

## M

Metodologias Ativas 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 141, 182

## P

Participação política 76, 83, 97

Pedagogo 91, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 158, 244, 258

Plano de Ações Articuladas 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Polícia e Escola 112

Políticas Educacionais 49, 50, 52, 58, 91, 99, 191, 199, 252, 258, 259

Políticas Públicas 33, 47, 48, 50, 52, 55, 62, 74, 86, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 106, 110, 111, 113, 259

Prática docente 38, 120, 123, 221, 222, 224, 228, 254, 256

Professor 12, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 78, 85, 87, 91, 100, 113, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 180, 184, 186, 187, 193, 198, 200, 217, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 241, 243, 248, 250, 253, 254, 255, 256, 258, 259

## R

Residência 221, 222, 223, 224, 229, 230

## S

Saúde Ambiental 209, 210, 211, 212, 213, 215, 218, 219, 220

## T

Tecnologias 11, 13, 14, 16, 18, 19, 21, 35, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 88, 127, 128, 129, 130, 146, 148, 150, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 235, 241, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**